



Deputado Sargento Rodrigues aprova requerimentos solicitando aumento do efetivo, viaturas, coletes e munições para policiais militares

A Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou requerimentos, de autoria do deputado Sargento Rodrigues, para que sejam encaminhados pedidos de providências ao Governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e ao Secretário de Estado de Segurança Pública para que aumente o efetivo policial, substitua viaturas, munições e coletes à prova de bala vencidos nos municípios de Luislândia, Campo Azul, Francisco Dumont, Engenheiro Navarro, Ponto Chique, São João do Pacuí, Montezuma, Santo Antônio do Retiro, Fruta de Leite, Josenópolis, Itacambira, Juramento, Guaraciama, Rubelita, Cristália, Olhos D'água, Vargem Grande do Rio Pardo, Glaucilândia, São João da Lagoa, Mutum, Ibiaí, Ubaí, Icaraí de Minas, Lagoa dos Patos, Bandeira, Várzea da Palma, São Romão, Santa Fé de Minas, Buritizeiro, Montalvânia, Matias Cardoso, Manga, Juvenília, Itacarambi, Miravânia, Chapada Gaucha, Cônego Marinho, Bonito de Minas, Bom Jesus do Amparo, Padre Carvalho, Ilícinea e Campo do Meio.

Já para Governador Valadares, Sargento Rodrigues solicitou que seja encaminhado pedido de providências ao Comando do Corpo de Bombeiros Militar (CBMMG) e à Secretaria de Estado de Segurança Públi-



ca (SESP) requerendo aumento de efetivo e envio de novas viaturas (ambulâncias) às unidades que compõem o 5º Comando Operacional de Bombeiros.

Os requerimentos originaram-se a partir das visitas do deputado Sargento Rodrigues, bem como as de seus assessores,

pelo interior de Minas, onde foram constatadas deficiências no efetivo, viaturas em péssimo estado de conservação, armamentos obsoletos, munições e coletes vencidos. Além disso, também foram aprovados requerimentos com as demandas de vereadores do interior do Estado.

Projeto de Lei prevê rigor no pagamento de diárias de militares estaduais e servidores públicos

O deputado Sargento Rodrigues, presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 68/2017, que prevê o pagamento de diárias aos militares estaduais e servidores públicos em ordem cronológica de requerimento.

De acordo com o PL, a diária é um direito do militar e do servidor, que trata de uma parcela que restitui aqueles que precisam se deslocar do seu posto de trabalho para um outro, em função de alguma

demanda em especial, sendo destinada às despesas com alimentação e hospedagem.

A necessidade do projeto veio em função de denúncias recebidas acerca de problemas como demora no pagamento, pagamento de valores irrisórios ou não pagamentos. Segundo o deputado Sargento Rodrigues, na prática, para o escalão superior da administração pública estadual, os pagamentos são feitos imediatamente, o que vem sendo acompanhado pelo parlamentar. No entanto, as praças acabam, muitas vezes, se vendo obrigadas a arcar com

as despesas, mesmo sem condições para conseguirem prestar determinado serviço e não são reembolsadas.

Além da obrigatoriedade da ordem cronológica para a efetuação dos pagamentos, o projeto propõe que seja estabelecido um critério de imparcialidade para a remuneração, evitando privilégios e o enriquecimento sem causa da administração pública, garantindo a segurança jurídica e financeira dos recebedores, que trabalham em prol do atendimento das necessidades e do interesse público.

Líderes comunitários, deputados e entidades de classe são contra o fechamento das 11 companhias da Polícia Militar

O fechamento de 11 Companhias da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) foi discutido na noite de quarta-feira, 12/7/2017, em audiência pública, realizada na Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a pedido do deputado Sargento Rodrigues.

Na ocasião, depois de muita pressão dos líderes comunitários, de diferentes regiões de Belo Horizonte, presentes na reunião e contra a proposta, o Comandante do Policiamento da Capital, Coronel Winston Coelho Costa, afirmou que as Companhias não serão desativadas e que as bases móveis serão implantadas para agregar o policiamento. Segundo ele, a PMMG primeiro fará este teste e avaliará como será a implementação.

O deputado Sargento Rodrigues agradeceu a presença de todos e afirmou que tem acompanhado diversas matérias em relação a proposta de desativação das 11 Companhias PM, como também visitou a 9ª e a 21ª CIA PM, onde todos os policiais militares são contra a medida, mas não emitem opinião com medo de punições.

Ainda segundo Rodrigues, ao longo de três décadas, a polícia militar buscou se aproximar da população, cada vez mais trabalhando na lógica do policiamento comunitário, mas com essa proposta, acaba tudo que foi construído nesses trinta anos. “Isso é um absurdo. Os cidadãos não podem aceitar esta medida. Os policiais militares ficarão mais expostos aos ataques de criminosos. Além disso, o trabalho construído nestas décadas será jogado por terra. Não tenho dúvidas que o objetivo dessa proposta é o corte de gastos por parte do Governo do Estado”, disse.

De acordo com o Comandante do Policiamento da Capital, a PMMG fez este projeto de implantação das bases comunitárias em 2016 e apresentou ao Governo do Estado. Segundo ele, serão instaladas 86 bases móveis, mas serão pontos fixos, e 172 motocicletas, que terão policiais militares realizando patrulhamento pelos bairros e no entorno da base comunitária.



Com a proposta, dois policiais ficarão nas bases estáticas, que não serão móveis, e outros dois militares fazendo patrulhamento, o que os deixa à merce de bandidos. Segundo a proposta, serão desativadas a 3ª, 5ª, 10ª, 20ª, 22ª, 16ª, 124ª, 127ª, 9ª, 21ª e 11ª CIA PM, e o efetivo será composto por policiais que já atuam na prevenção, como também terá redução do efetivo administrativo e policiais reconvocados.

MORADORES RECLAMAM DA PROPOSTA

O morador do bairro Fernão Dias, André Maggi, afirmou que a comunidade não pode ser vítima de um estudo que vai trazer mais insegurança para a população. Já o morador do bairro Coração Eucarístico, Paulo Medeiros, concordou com o deputado Sargento Rodrigues, e afirmou que essa proposta é um interesse do Governo do Estado para cortar gastos.

“Não podemos aceitar a desativação da 22ª CIA, pois será uma atrocidade. A união é do povo, não podemos aceitar. Estamos retrocedendo, andando para trás”, ressaltou a moradora do bairro São Marcos, Shirley Fonseca.

Segundo a moradora do bairro Padre Eustáquio, Vanessa Freitas, a população tomou conhecimento do fechamento das Companhias através da imprensa, sem ter nenhum comuni-

cado por parte do Governo. “Ninguém foi consultado, nenhum CONSEP. Essa medida não vai aumentar o policiamento, só vamos perder”, destacou. Ela também afirmou que durante audiência pública na Câmara Municipal de Belo Horizonte, o Coronel Giovane Gomes da Silva, Comandante da Diretoria de Apoio Operacional (DAOP/PM), já havia feito o compromisso de não desativar as companhias e implementar as bases móveis (que são fixas).

PROVIDÊNCIAS PELA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ALMG

O deputado Sargento Rodrigues afirmou que a Comissão sempre estará à disposição para ouvir e ajudar todos. O parlamentar apresentou requerimento para que seja enviado ofício ao Governador do Estado, ao Comandante Geral da PMMG e ao Secretário de Segurança Pública, manifestando que são totalmente contrários à desativação das companhias, uma vez que estavam presentes vários deputados, líderes comunitários e presidentes de entidades de classe. Rodrigues também solicitou que sejam encaminhadas as notas taquigráficas da reunião ao Comandante Geral da PMMG, ao Chefe da Polícia Civil e ao Governador do Estado.

Parcelamento de salários e a reposição da inflação dos servidores da segurança pública serão discutidos na ALMG

O parcelamento dos salários dos servidores da segurança pública e a reposição da inflação de 2015 e 2016 foi tema de requerimento aprovado durante a reunião da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

O requerimento aprovado solicita que seja realizada audiência pública para debater a Política Estadual de Segurança Pública e, em especial, considerando a precariedade das forças de segurança pública, constatada pelos parlamentares autores do requerimento, os reflexos do parcelamento salarial, que já somam 1 ano e 7 meses, a revisão ge-

ral anual assegurada pelos artigos 37, X e 24, da Constituição da República e do Estado de Minas Gerais, respectivamente, assim como a data base, prevista no artigo 7º da Lei 19.973, de 27/12/2011.

De acordo com o deputado Sargento Rodrigues, o requerimento é muito importante, pois é muito objetivo e são os mesmos fundamentos utilizados pelo Ministério Público Estadual, pelo Poder Judiciário, pela ALMG e pelo Tribunal de Contas. “Já alertei, em duas votações distintas, que estávamos votando a revisão geral anual e fiz questão de pegar os projetos de lei de reajustes e todos fundamentaram, tomando co-

mo base, o artigo 37 da Constituição da República, inciso X, onde é assegurada a revisão geral anual para todos os servidores públicos do Estado. Já se passaram duas revisões gerais anuais dos servidores da segurança pública, ou seja, da polícia civil, da polícia militar, corpo de bombeiros militar, sistema prisional e socioeducativo, como também já se aproxima 1 de outubro de 2017 e nada, pelo terceiro ano consecutivo”, afirmou. Rodrigues destacou, ainda, que os servidores da segurança pública de Minas Gerais estão com os salários parcelados, em três vezes, há um ano e sete meses.

Nossos policiais estão pagando com própria vida, enquanto o Governo está dormindo em berço esplêndido

O deputado Sargento Rodrigues, mais uma vez, criticou o Governo do Estado devido à falta de efetivo e de estrutura para os policiais civis e militares de Minas Gerais, quando falou das quatro explosões de caixas eletrônicas que ocorreram nesta madrugada em Formiga, Gameleiras, Alterosa e Monsenhor Paulo.

Na ocasião, Sargento Rodrigues questionou se mesmo com essas explosões de caixas eletrônicas no interior de Minas, o Governador não tomará nenhuma providência. “Será que a morte do Cabo Marcos Marques da Silva e do vigilante Leonardo José Mendes não comoveu o Governador? Será que o Governador continua sentado dormindo em berço esplêndido? Olha, é necessário mais responsabilidade. O Governador precisa chamar os chefes de polícia e perguntar: o que vocês precisam? É efetivo? É logística? Qual é a articulação que está sendo feita? Qual é a estratégia que está sendo de-

envolvida? Mas precisa dar uma resposta. Do jeito que Minas Gerais está, sob ataque de criminosos, não pode continuar”, perguntou.

Ainda segundo o parlamentar, existem cidades do interior com dois policiais militares por turno. Rodrigues deu o exemplo de Santa Margarida, que possui 16 mil habitantes, e dois policiais no turno de 8h às 19h e de 19h às 5h. “Sabe por que a gente vê essa lentidão? Lentidão do Governo? Lentidão dos próprios Chefes de Polícia? Porque não são eles que estão pagando com a própria vida”, disse.

“Estou fazendo um desabafado no retorno dos nossos trabalhos. Nossos policiais estão pagando com a vida, enquanto o governo está dormindo em berço esplêndido. Nós temos que cobrar do governador. Não tem uma semana que bandidos não estouram caixas eletrônicas no Sul de Minas e submetem as cidades ao medo e ao terror. Não



estou trazendo apenas uma cobrança de deputado da oposição, estou falando como o presidente da Comissão de Segurança Pública, que está acompanhando os números. Dar a medalha para a viúva do Cabo Marcos não retorna a vida do Cabo e não contribui com a prevenção do crime. É preciso de melhores viaturas, armamentos, equipamentos, eficiência na comunicação, pois faltam rádios comunicadores nos destacamentos e pelotões do

nosso Estado. Além disso, os coletes e munições estão vencidos e as viaturas em péssimo estado de conservação. Onde está o nosso Governador? Onde está Fernando Pimentel? Onde está o Governador que não está vendo que está acontecendo? Será que vai ter que morrer mais Cabo Marcos, mais vigilante Leonardo, para o senhor acordar e tomar providências? Acorda, Governador Fernando Pimentel!”, destacou Rodrigues.

Enquanto falta dinheiro para pagar as diárias das praças da PMMG, o Chefe do Estado-Maior recebe quase 13 mil reais para viajar para os Estados Unidos

O Chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), Coronel André Agostinho Leão de Oliveira, viajou para o Texas, nos Estados Unidos, no período de 9 a 14 de julho, recebendo, com ônus total para a instituição, vencimento, diárias e passagens aéreas. Apenas este ano, ele já recebeu quase R\$29 mil em diárias. Em 2015 e 2016, os valores embolsados pelo Coronel chega a quase R\$78 mil, o que totaliza, até o presente momento, mais de R\$106 mil.

Enquanto gasta R\$12.887,88 com diárias do Chefe do Estado-Maior para participar de palestra nos Estados Unidos, o Governo do Estado afirma que não tem verba para realizar o pagamento das ajudas de custo, diferenças de promoção, férias prêmio e diárias das praças da Polícia Militar.

Segundo denúncias encaminhadas ao deputado Sargento Rodrigues, durante festividades em Janaúba, no norte de Minas, entre os dias 02 a 11/06/2017, os

sargentos, cabos e soldados receberam, a título de diária, por cinco dias trabalhados, valores correspondentes a R\$67,00, R\$43,00 e R\$37,09, respectivamente. No entanto, um soldado, no início de carreira, deveria receber R\$136,60 por dia e por cinco dias, R\$683,00. Porém, pelos cinco dias trabalhados em Janaúba, os soldados escalados receberam apenas R\$37,09.

Outro fato é que no carnaval de 2016, policiais militares escalados para trabalhar nas cidades de Mariana, Ouro Preto e Diamantina receberam apenas “meia PA”, também por cinco dias trabalhados, e ainda dormiram em salas de aula. Já o ex-Comandante Geral da PMMG, Marco Antônio Badaró Bianchini, em 21 meses, recebeu mais de R\$100 mil em diárias.

De acordo com o deputado Sargento Rodrigues, é inadmissível que o Governo do Estado pague diárias absurdas para os seus preferidos e deixe de pagar para as praças da PMMG. “O mais absurdo é que há, por parte do Governo do Estado, du-

as formas em administrar o dinheiro público: para os amigos, o pagamento imediato de diárias, mas para os demais, o Governo não tem dinheiro. Isso é um absurdo! Não podemos aceitar!”, afirmou.

Conforme publicado no Jornal O TEMPO, no dia 17/4/2017, o Governo gastou mais de R\$400 mil para atender demandas dos palácios Tiradentes, Liberdade e Mangabeiras, comprando frutas, legumes, verduras, flores comestíveis, ovos, bacalhau, filés de salmão e camarão GGG. Já o Portal UOL publicou no dia 3/6/2017, que o Governo de Pimentel gastou R\$900 mil com 28 tipos de queijos e requeijões nacionais e importados, presunto parma, salames, camarão rosa e GGG, vinho branco chileno, cerveja belga e energéticos. Além desses gastos com luxo, o Governo que não possui verba para realizar o pagamento integral de 157 mil servidores, gasta mais de R\$100 milhões com propaganda oficial.

Os 20 anos da greve das praças da PMMG é comemorado na ALMG

Os 20 anos da greve das praças da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) foi comemorado na noite de quinta-feira, 22/6/2017, em reunião especial, solicitada pelo deputado Sargento Rodrigues, realizada no plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

Representando os policiais e bombeiros militares que participaram daquele movimento reivindicatório, o Presidente do Centro Social de Cabos e Soldados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar (CSCS), Cabo Coelho, e o Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais (ASPRA), Sargento Bahia, receberam as placas em forma de homenagem pelo Poder Legislativo.

Emocionado, o deputado Sargento Rodrigues, autor da homenagem e um dos líderes do movimento, afirmou que aquele movimento ocorreu de forma espontânea, pois o sentimento de indignação, de desrespeito e de traição pelo Alto Comando da Polícia Militar e pelo Governo do Estado da época fo-

ram os grandes impulsionadores que desencadearam todos os fatos a partir do dia 13 de junho de 1997. "Alguns devem estar se perguntando, porquê realizar uma homenagem a um movimento grevista? Outros devem achar que seria perda de tempo, que não acrescentaria em nada. Mas, segundo os historiadores, a história começa a decantar a partir de dez anos após os fatos e, assim, me senti na obrigação de trazer algumas informações sobre a Greve da PMMG de 1997 e compartilhar com nossos companheiros e familiares, deixando registrado nos anais desta Casa Legislativa, para quem sabe, um dia, possa servir, não apenas como páginas de uma história, mas como experiência vivida pelo Poder Público e que os erros do passado não se repitam, nem no presente, nem no futuro", disse.

Com o término do movimento grevista de 1997, o governo e o comando pôs em prática toda sua ira e passou a perseguir todos aqueles que foram identificados em jornais, revistas, imagens de TV e pelos

agentes do serviço de inteligência. Em várias fotos conseguiram marcar e localizar, indicando os nomes dos policiais e bombeiros militares que participaram da greve. Mesmo com todos os erros cometidos pelo alto-comando da PMMG e do próprio governo, estes não foram capazes de reconhecer suas falhas e passaram a perseguir as praças.

Os atos de perseguições e retaliações daquele movimento resultaram em 186 praças expulsos da Polícia Militar de Minas Gerais, 1.759 indiciados em IPMs, mais de 5.000 praças foram punidos com prisões administrativas e o companheiro Cabo Valério Santos Oliveira morto em decorrência das ações e omissões do Comando e do Governo.

Ao final do seu discurso, o deputado Sargento Rodrigues rendeu as mais sinceras homenagens ao companheiro Cabo Valério, pois sua morte petrificou o dia 24 de junho como o dia de luta e resistência dos profissionais de segurança pública em Minas Gerais e esta data está consignada na Lei Estadual

21.292/2014, de sua autoria, como também na Lei 13.449, de 16 de junho de 2017, de autoria do deputado federal Subtenente Gonzaga, que institui o Dia Nacional do Policial e Bombeiro Militar. "Esta reunião especial se dedica a homenagear nossos bravos praças da polícia militar que no dia 13 de junho de 1997 romperam com o medo e decidiram lutar pelos seus ideais, pois a única forma do indivíduo alcançar seus direitos é a luta permanente", concluiu.

Ao final da reunião, Sargento Rodrigues agradeceu a presença de todos e entregou um diploma para o Subtenente Clóvis Antônio Pio, o policial militar mais antigo, presente na reunião, e ao Subtenente Jefferson Fernandes e Silva, como uma homenagem por sua participação naquele movimento de 1997. Além de vários policiais militares que participaram da greve de 1997, também estava presente na reunião o Dr. Obregon Gonçalves, um dos expoentes da advocacia criminal em Minas Gerais, defensor no Conselho de Disciplina.

MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA SEGURANÇA PÚBLICA DE MG

Pela garantia dos nossos direitos e conquistas

13 DE SETEMBRO DE 2017 | A partir das 13 horas Praça da Liberdade



Todas as entidades de classe das forças da segurança pública de Minas Gerais e seus associados estão convocados a participar da mobilização no dia 13/9/2017. Nosso objetivo é exigir que o Governador do Estado conceda a reposição das perdas inflacionárias e retorne o pagamento integral para o 5º dia útil. Estamos há três anos sem reposição das perdas salariais. Se você continuar de braços cruzados, discussão do aumento só em 2019.

VAMOS À LUTA! JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!



USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

Responsável - Visto: _____

Reintegrado ao Serviço Postal em _____

Não existe o número
 Endereço insuficiente
 Mudou-se
 Desconhecido
 Falecido
 Outros

SARGENTO RODRIGUES
DEPUTADO ESTADUAL
CIDADANIA
JUSTIÇA

ASSSEMBLEIA LEGISLATIVA
Barro Preto - Caldas, 79 - 5º andar - Gab. 02
Barro Preto - Agostinho - CEP 30190-120
Tel: (31) 2108-5200 - Fax: (31) 2108-5201
Belo Horizonte - MG
e-mail: dep.sargento.rodrigues@almg.gov.br
site: sargentorodrigues.com.br



Malas Diretas
Postal
991224924/2010-ECT/DR/MG
ALMG
CORREIOS